

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

**RAYSSA MARIA SOUZA SANTOS**

**A TRAJETÓRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA EIPHÂNIO DÓRIA DE 1848 AOS  
DIAS ATUAIS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL**

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2025**

**RAYSSA MARIA SOUZA SANTOS**

**A TRAJETÓRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA EIPHÂNIO DÓRIA DE 1848 AOS  
DIAS ATUAIS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Biblioteconomia e Documentação do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação.

**SÃO CRISTÓVÃO, SE**

**2025**

### Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

S237t Santos, Rayssa Maria Souza.  
A trajetória da Biblioteca Pública Epiphânio Dória de 1848 aos dias atuais [manuscrito] : um estudo bibliográfico e documental / Rayssa Maria Souza Santos. – São Cristóvão, 2025.  
61 f.: il. ; color.

Orientador: Prof. Me. Fernando Bittencourt dos Santos.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, 2025.

1. Bibliotecas Públicas. 2. História das bibliotecas públicas. 3. Epiphânio Dória. 4. Sergipe. I. Santos, Fernando Bittencourt dos, orient. II. Título.

CDU 027.53(813.5)  
CDD 027.409

Ficha elaborada pela bibliotecária documentalista Joyce Dayse de Oliveira Santos (CRB-5/SE-002005)

**A TRAJETÓRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA EIPHÂNIO DÓRIA DE 1848 AOS  
DIAS ATUAIS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL**

RAYSSA MARIA SOUZA SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Biblioteconomia e Documentação do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação.

Nota: \_\_\_\_\_

Data de Apresentação: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Fernando Bittencourt dos Santos  
(Orientador)**

---

**Profa. Ma. Joyce Dayse de Oliveira Santos  
(Membro convidado - externo)**

---

**Profa. Dra. Telma de Carvalho  
(Membro convidado - interno)**

## **AGRADECIMENTOS**

A jornada até aqui não foi fácil, mas cada desafio superado me ensinou algo valioso. Agradeço, antes de tudo, a Deus, por me dar força, sabedoria e paz nos momentos de incerteza. Sem Ele, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Suzana Santos Souza e José Marcos Souza Santos, minha maior inspiração. Obrigado por cada palavra de incentivo, por cada gesto de amor e por nunca duvidarem do meu potencial. Vocês são meu maior exemplo.

Aos meus sobrinhos, José e João, que, com sua alegria genuína, tornam meus dias mais leves e cheios de significado.

Ao meu orientador, Fernando, pela paciência, dedicação e pelos ensinamentos que me ajudaram a crescer não só academicamente, mas também como pessoa. Sua orientação foi essencial nesta caminhada.

Às minhas amigas, Emylle, Hadassa e Bianca, por cada conversa, risada e apoio nos momentos difíceis. Ter vocês ao meu lado tornou essa jornada muito mais especial.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu mais sincero e profundo agradecimento.

"Entregue o seu caminho ao Senhor;  
confie nele, e ele agirá."  
(Salmos 37:5)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo resgatar e analisar a história da Biblioteca Pública Epiphânio Dória, um dos mais importantes espaços culturais e educacionais de Aracaju, Sergipe. Fundada em 1848, a biblioteca tem desempenhado um papel fundamental na difusão do conhecimento e na promoção da leitura ao longo das décadas. A pesquisa aborda sua criação, suas transformações estruturais e tecnológicas, bem como sua relevância para a sociedade sergipana. Por meio de uma abordagem histórica e documental, este estudo investiga os desafios enfrentados pela instituição, desde sua fundação até os dias atuais, incluindo reformas, mudanças na gestão e adaptações às novas demandas tecnológicas, como a digitalização de acervos e a modernização de seus serviços. Também são analisadas suas iniciativas culturais, educativas e sociais, que contribuem para a democratização do acesso à informação e a preservação da memória histórica de Sergipe. A partir da revisão bibliográfica e da análise de fontes primárias e secundárias, o trabalho evidencia a importância da Biblioteca Pública Epiphânio Dória como patrimônio cultural, ressaltando sua influência no desenvolvimento educacional do estado e sua resistência diante das transformações sociais e tecnológicas.

**Palavras-chave:** Biblioteca Pública Epiphânio Dória; bibliotecas públicas; história de bibliotecas; Aracaju-SE.

## ABSTRACT

This work aims to rescue and analyze the history of the Epiphania Dória Public Library, one of the most important cultural and educational spaces in Aracaju, Sergipe. Founded in 1848, the library has played a fundamental role in spreading knowledge and promoting reading over the decades. The research addresses its creation, its structural and technological transformations, as well as its relevance to Sergipe society. Through a historical and documentary approach, this study investigates the challenges faced by the institution, from its foundation to the present day, including reforms, changes in management and adaptations to new technological demands, such as the digitization of collections and the modernization of its services. Its cultural, educational and social initiatives are also highlighted, which value the democratization of access to information and the preservation of Sergipe's historical memory. Based on a bibliographical review and analysis of primary and secondary sources, the work highlights the importance of the Epiphania Dória Public Library as a cultural heritage, highlighting its influence on the state's educational development and its resistance to social and technological transformations.

**Keywords:** Epiphania Dória Public Library; public libraries; history of libraries; Aracaju-SE.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	- Biblioteca Nacional no dia de sua inauguração. (12.nov.1810).....	23
<b>Figura 2</b>	- Salão de leitura da Biblioteca Pública da Bahia.....	24
<b>Figura 3</b>	- Sede da Biblioteca a partir de 1919.....	25
<b>Figura 4</b>	- Convento São Francisco.....	39
<b>Figura 5</b>	- Epiphânio Dória.....	42
<b>Figura 6</b>	- Biblioteca Pública do Estado, inaugurada em 1936, atual Arquivo Público.....	43
<b>Figura 7</b>	- Nova sede da biblioteca, antiga fachada.....	45
<b>Figura 8</b>	- Setor de Obras Raras.....	46
<b>Figura 9</b>	- Nova fachada da biblioteca.....	48
<b>Figura 10</b>	- Projeto Cinemateca.....	52

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	- Base de dados.....	34
<b>Quadro 2</b>	- Leis/Decretos.....	35
<b>Quadro 3</b>	- Jornais Regionais.....	35
<b>Quadro 4</b>	- Primeiras obras doadas à biblioteca provincial de Sergipe.....	39
<b>Quadro 5</b>	- Cursos e Oficinas.....	51

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ALA</b>	<i>American Library Association</i>
<b>BPED</b>	Biblioteca Pública Epiphânio Dória
<b>CI</b>	Ciência da Informação
<b>FBN</b>	Fundação Biblioteca Nacional
<b>FNJL</b>	Fundação Nacional do Livro Infante e Juvenil
<b>IFLA</b>	<i>The International Federation of Library Associations and Institutions</i>
<b>INL</b>	Instituto Nacional do Livro
<b>MinC</b>	Ministério da Cultura
<b>OasisBr</b>	Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto
<b>PNLE</b>	Política Nacional da Leitura e Escrita
<b>PNLL</b>	Plano Nacional do Livro e Leitura
<b>Proler</b>	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
<b>SNBP</b>	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1 Problema de pesquisa	14
1.2 Objetivos	14
1.3 Justificativa	14
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>16</b>
2.1 Biblioteca Pública: aspectos gerais	16
2.2 A história da biblioteca pública no Brasil	21
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>32</b>
<b>4 A BIBLIOTECA PROVINCIAL DE SERGIPE</b>	<b>37</b>
4.1 A Biblioteca Pública Epifânio Dória	44
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, a informação e os registros desta se fazem presentes no dia a dia de cada indivíduo que compõem uma sociedade. O povo sumério, uma das mais antigas civilizações, cerca de quatro séculos antes de Cristo, foi a primeira civilização a utilizar o método pictográfico (escritas feitas em cavernas, com tintas), como forma de registro do conhecimento. Na Idade Média, constatamos os registros do conhecimento feitos nos pergaminhos, material este feito da pele de animais e posteriormente, no ano século XV, a invenção da imprensa pelo alemão Johannes Gutenberg (1400-1468) (Franco, 1879). A partir daí, a informação expandiu-se de forma contínua e acelerada, com a popularização do suporte papel, sendo que este possibilitou o acesso de forma econômica e ampla, ao suporte livro e demais produtos documentários.

Vivendo hoje a era contemporânea e a já consolidada sociedade da informação, o homem passa do processo de obter a informação até a fase de gerar o conhecimento. A informação é a matéria prima no processo de desenvolvimento da sociedade, a capacidade de buscar, obter informação e gerar conhecimento, passa a ser um elemento essencial para o crescimento sociocognitivo da população.

A Ciência da Informação (CI), estuda as características, propriedades e comportamento informacional, ganha força após acompanhar os paradigmas da evolução da sociedade, atuando em trabalho junto a Biblioteconomia de forma interdisciplinar, com objetivo de potencializar a utilização dos suportes de conhecimento, e por conseguinte, suprir a necessidade informacional da sociedade (Saracevic, 2007; Dias, 2000). É nesse cenário que se insere a biblioteca pública, como instituição de caráter democrático que tem como missão trabalhar para que esse processo seja feito de forma igualitária, e que todos tenham de alguma forma acesso à informação.

Entende-se por biblioteca pública um espaço neutro que presta serviços ao público sem restrição de condições financeiras, educacionais e culturais. Um lugar de tratamento, conservação e preservação da memória, de disseminação da informação onde conseqüentemente gera conhecimento.

A quinta Lei de Ranganathan diz que a biblioteca é um organismo em crescimento (Ranganathan, 1995). A biblioteca pública é considerada uma unidade de informação democrática, que tem como função promover o hábito da leitura. Ela

trabalha como um ponto de referência, no qual a informação é disponibilizada à população em geral. Não somente ligada à prática de leitura, que é o seu ponto mais forte, mas também como um lugar no qual são desenvolvidas ações ligadas à cultura, à educação e ao entretenimento.

Miranda (1978, p. 69) levanta o questionamento acerca das missões da biblioteca pública, quando ele assinala que a biblioteca é uma célula viva, refere-se ao fato de que não há bibliotecas iguais, e isso não é considerado como um ponto negativo, uma vez que cada uma tem o objetivo de atender ao seu público em potencial. Isso fortalece a imagem dela como uma unidade de informação, voltada ao seu usuário, seja em qual comunidade ela esteja inserida.

No entanto, existe uma grande divergência entre a teoria e a prática. O Brasil é um país, onde a educação e a cultura não são tratadas com prioridade. Os investimentos nos equipamentos culturais pelo governo brasileiro é algo irrisório, no que tange ao repasse de verbas às bibliotecas, sendo estas deixadas em último plano e os programas de incentivo à leitura são cortados sem perspectiva de substituição. Um exemplo disso é a extinção do Instituto Nacional do Livro (INL), o qual teve as suas competências transferidas a um departamento de porte inferior dentro do então extinto Ministério da Cultura (MINC).

Possuindo como maior fonte de renda a verba seja governamental ou estadual, e com orçamentos, como no ano de 2018, inferior a quatrocentos mil reais, as bibliotecas públicas brasileiras acabam por não receber o suficiente e, como consequência, precisam se adaptar para continuar realizando suas atividades. Em muitas delas o acervo é composto apenas por doações, que em grande parte das vezes, o material não possui um bom estado de conservação.

Carregando uma história repleta de luta e resistência, valorizar esses espaços é também preservar a memória. Diante do exposto, viu-se a necessidade de buscar informações sobre a jornada de um dos maiores centros informacionais do Brasil, que segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), possui hoje 6057 bibliotecas públicas pelo país, sendo elas municipais, distritais, estaduais e federais. Ainda que pondo esse número em comparação a população, resulte em uma biblioteca para cada trinta e três mil brasileiros. E que segundo dados do IBOPE, em uma pesquisa realizada em 2014, 44% dos brasileiros não têm o hábito de ler e 27% nunca compraram um livro sequer (Instituto Pró-livro, 2020).

Com base nessa reflexão sobre a importância da biblioteca pública, viu-se o interesse em desenvolver um estudo sobre a importância da Biblioteca Pública Epiphânio Dória (BPED). Este projeto intitulado “A trajetória da Biblioteca Pública Epiphânio Dória de 1848 aos dias atuais: um estudo bibliográfico e documental”, visa desvendar o surgimento e a evolução da instituição que hoje é referência como unidade de informação no estado de Sergipe, descrevendo a sua trajetória desde o plano de criação, suas características e a importância do que ela desempenha como unidade de informação para a sociedade atual.

A Biblioteca Epifânio Dória é a única biblioteca pública estadual de Sergipe e é a quarta biblioteca mais antiga do Brasil<sup>1</sup>. Como contribuição para a área da Biblioteconomia, a pesquisa tem como um dos objetivos dissertar sobre a história, resgatar a memória, expor o valor que a BPED tem como instituição informacional e a importância da sua preservação.

Inserida na linha de pesquisa 2 (dois), do Departamento de CI, denominada *Informação e Sociedade*<sup>2</sup>, sendo que esta apresenta a informação como um fenômeno social, discutindo-se seus aspectos teóricos e as relações que estabelecem com a sociedade, a cultura, a história, o patrimônio cultural e os equipamentos culturais.

## 1.1 Problema de pesquisa

Como se caracteriza a gênese e a evolução da BPED, desde o seu surgimento no ano de 1848 até os dias atuais?

## 1.2 Objetivos

O objetivo geral foi o de caracterizar a gênese e a evolução da BPED, desde o seu surgimento, em 1848, até os dias atuais.

Constituem-se objetivos específicos da presente pesquisa:

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://portal.unit.br/blog/noticias/conheca-a-centenaria-biblioteca-publica-epiphanio-doria/#:~:text=Um%20espa%C3%A7o%20centen%C3%A1rio%20de%20promo%C3%A7%C3%A3o.biblioteca%20mais%20antiga%20do%20Brasil..> Acesso em: 24 mar. 2025.

<sup>2</sup> Informações extraídas da página do Departamento de CI da UFS. Disponível em: <https://cienciainformacao.ufs.br/pagina/9123...> Acesso em 25 de junho de 2021.

- a) apresentar os conceitos, as características e as finalidades da Biblioteca Pública, bem como retratar o cenário nacional desta unidade de informação;
- b) identificar os fatos que marcaram a história e a evolução da BPED;
- c) mostrar a importância da BPED para a sociedade brasileira, bem como para o estado de Sergipe.

### **1.3 Justificativa**

A motivação para a presente pesquisa, deu-se inicialmente de forma pessoal, a partir de uma experiência de estágio a qual se deu o primeiro contato direto com o trabalho presencial do bibliotecário. Iniciou-se em 2018 (dois mil e dezoito), na época a BPED estava passando por reforma com o objetivo de obter maior qualidade em sua estrutura física e maior modernização em seu sistema de funcionamento e atendimento. Foi nesse período, trabalhando diretamente com a documentação histórica que compõem os seus acervos que surgiu o interesse em estudar a história da instituição.

Outro fator que fortaleceu a ideia da pesquisa foi a disciplina de Unidades de Informação I e II, adentrou-se ao estudo das tipologias das unidades de informação, bem como o funcionamento e a logística de cada uma, incluindo a biblioteca pública, aprofundando-se sobre suas diretrizes, suas leis, seus processos e o desenvolvimento de suas políticas.

Para a área da Biblioteconomia e Documentação, esta pesquisa busca reunir o máximo de informações sobre uma das mais importantes unidades de informação do Brasil. A BPED, a única biblioteca pública estadual de Sergipe e a quarta mais antiga do país, desempenha um papel fundamental na preservação do conhecimento e da cultura. Seu acervo conta com mais de 100 mil obras, incluindo exemplares raros dos séculos XVII e XVIII. Além disso, a biblioteca se destaca pela proteção e conservação dos acervos pessoais de importantes nomes da literatura regional, como Sílvia Romero e Gumercindo Bessa (J. Santos, 2023).

Em uma sociedade onde a grande maioria da população não dá o devido valor aos centros informacionais, não os tratam com a importância necessária e onde não há o investimento esperado e necessário em Educação e Cultura, escrever as motivações, o processo de criação e toda a trajetória da BPED, uma

instituição que tem grande representatividade cultural, educativa e informacional, tem como objetivo trazer em especial a sociedade Sergipana a história, os valores que a compõe, conseqüentemente a sua importância e o porquê de ser necessário maior cuidado de preservação para com ela.

Este trabalho de pesquisa está organizado em cinco seções. A primeira seção apresenta a introdução, que oferece uma breve reconstituição da história da criação das bibliotecas, contextualizando-as de maneira geral para evidenciar a importância do tema abordado. Além disso, nesta seção, são detalhadas as motivações da pesquisa e seus objetivos. A segunda seção é dedicada à revisão de literatura e ao levantamento bibliográfico, com o intuito de contextualizar o tema proposto. A terceira seção descreve o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa. Na quarta seção, são apresentadas as considerações finais. Por fim, a quinta seção reúne as referências bibliográficas dos materiais utilizados ao longo da pesquisa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta pesquisa foi estabelecido, como abordagem inicial, dois pontos de pesquisa. O primeiro, refere-se à biblioteca pública e seus aspectos gerais. Nele foi dissertado acerca do histórico da biblioteca pública como uma unidade de informação, passando pelo seu surgimento de forma breve e levantando fatos de sua luta por resistência, suas características como unidade de informação democrática, finalidade, objetivos, dados, leis, manifestos e missão perante à sociedade. Em segundo plano, foi estudado acerca do cenário da biblioteca pública no Brasil, passando pelo seu surgimento, características, principais instituições do país e a atuação destas unidades de informação perante a população brasileira, demonstrando suas reais condições de trabalho e as atividades que desenvolvem.

### 2.1 Biblioteca Pública: aspectos gerais

No contexto social, a necessidade de adquirir conhecimento é constante, e a informação passou a ser requisito essencial no processo de anular a desigualdade social da população. A implantação de um espaço informacional aberto a população sem restrição de qualquer fator, seja raça, idade, sexo... resulta na diminuição dessa desigualdade, é nesse contexto que se insere a biblioteca pública, que para Mueller (1994, p. 17) é “atribuído um papel social bem definido, o de educar as classes mais baixas, mas preservando os valores sociais vigentes”.

Segundo relatos e escritos feitos por estudiosos, o primeiro indício do que seria uma biblioteca pública ocorreu na Grécia com a Biblioteca de Atena que foi estabelecida por Aristóteles no período do século II A.C. Esta biblioteca era utilizada como um espaço de discussões e frequentada por um pequeno grupo de letrados. Porém, de acordo com referências feitas pela FBN, o início da construção do termo “Biblioteca Pública”, que anteriormente era conhecido como: “Salas de Leituras”, é resultado do processo de urbanização logo após a Revolução Liberal, e do processo de qualificação de mão de obra, durante a Revolução Industrial, onde pela primeira vez fez-se necessário transmitir a informação, e alfabetizar a classe operária no final do século XIX (Brettas, 2011; Oliveira, 2019; IFLA, 2022).

Até que se consolidasse um conceito seguro do que é uma biblioteca, essa instituição passou por diversas transformações, influenciadas por eventos

históricos como a Revolução Industrial, a Crise Econômica dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial. Além disso, ajustes promovidos pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) contribuíram para sua evolução. Em 1994, durante o PGI Council Meeting realizado em Paris, com o apoio da seção de bibliotecas da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA, 2022), foi aprovado o Manifesto da Biblioteca Pública. Esse documento estabeleceu diretrizes e normas para a biblioteca pública em nível global, definindo sua função e importância na sociedade.

O Manifesto da UNESCO, define a biblioteca pública com um espaço público, de caráter democrático e de fácil acesso à informação a todos, sem restrição de idade, cor, sexo, raça, condições físicas e econômicas, dentre outros aspectos. Ele diz que:

A Biblioteca Pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiência, hospitalizadas ou reclusas. (IFLA, 1994, n.p.)

Para que isso aconteça, dela deve atender ao coletivo, dispensando a existência de usuários específicos, que seja de uso comum e que atenda às necessidades da comunidade a qual esteja inserida. Assim como é de responsabilidade do Governo Federal, Estadual ou Municipal a sua manutenção.

Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriadas assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais. (IFLA, 1994)

Estando no centro da sociedade, a biblioteca pública tem o papel de promover o acesso à informação a partir de diferentes tipos de suportes, levando por meio de atividades, informação, educação, lazer e cultura para a sociedade. Para Almeida Júnior (1997, p. 23) ela “deve ser o reflexo e causa das transformações da sociedade; deve receber influências, interferir, ser início, meio e fim das alterações sociais, numa sequência interminável”.

Segundo a Fundação Biblioteca Nacional (FBN, 2010, p. 18):

Biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. Deve oferecer todos os gêneros de obras que sejam do interesse da comunidade a que pertence, bem como literatura em geral, além de informações básicas sobre a organização do governo, serviços públicos em geral e publicações oficiais.

Carregando um importante dever de promover o livre acesso da informação a comunidade, a biblioteca pública em sua discursão acerca das tipologias de bibliotecas e suas principais características, Suaiden (1995, p. 20) diz que “dentre todos os tipos de bibliotecas, é a única que possui realmente características de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação quanto pela diversificação de seus usuários”. Ou seja, ainda que exista uma biblioteca voltada para cada público, ainda é em específico da biblioteca pública ser aquela que trabalha no âmbito social com o acolhimento de todos eles. Ainda conforme salienta Suaiden (1980, p. 2) “a função social da biblioteca está integrada com a da comunidade e a escola. Biblioteca e escola se complementam, se sucedem em diferentes etapas da vida do indivíduo e o marcam para sempre”.

A biblioteca pública garante o crescimento intelectual da população, a qual está inserida, desenvolvendo práticas de leitura e promovendo o encontro do leitor com o livro, formando, assim, leitor-crítico e contribuindo para o desenvolvimento da cidadania. Partindo dessa breve contextualização do papel da biblioteca pública e seu objetivo geral, é importante ressaltar que ela deve estar alinhada a comunidade a sua volta e as suas necessidades informacionais. Isso inclui estar apta para atender inclusive não só o público alfabetizado, como também o neo-alfabetizado e o não alfabetizado.

Quanto ao conceito de comunidade, Suaiden (1995, p. 13) a define como:

[...] uma área de vida dotada de certo grau de coesão social. As bases da comunidade são: localidade e consciência de si mesma. Uma comunidade ocupa sempre uma área territorial. Em sua grande maioria as comunidades são fixas e extraem das condições de sua localização um forte laço de solidariedade. Portanto, a localização, ainda que uma condição necessária, não é suficiente para criar uma comunidade, pois esta é uma área de vida em comum. Há que ter vida em comum e intenção de compartilhar tanto o modo de vida como uma terra comum.

O manifesto da UNESCO de 1994 ainda define a biblioteca pública como um pilar para a educação, cultura e informação. Nele são definidos suas missões, recursos, legislações, e tópicos referentes a administração das bibliotecas públicas, visando o melhor aproveitamento de seu ambiente e a melhor qualidade de seus serviços. Diante disso, a UNESCO, define como as 12 missões da biblioteca:

- Criar e fortalecer o hábito de leitura nas crianças desde a mais tenra idade;
- Apoiar e fortalecer a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis;
- Proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo pessoal;
- Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
- Promover o conhecimento da herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Propiciar acesso às expressões culturais em artes em geral;
- Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
- Apoiar a tradição oral;
- Garantir acesso aos cidadãos a todos os tipos de informação comunitária;
- Proporcionar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesses;
- Facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso do computador;
- Apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para todos os grupos de idade e implantar tais atividades se necessário. (UNESCO, 1994, n.p.)

Enquanto Miranda (1978, p. 71) define como missões da biblioteca pública:

- Promover o idioma nacional;
- Fornecer Publicações Oficiais;
- Fornecer livros e outros materiais para o estudante;
- Apoiar campanhas de alfabetização e fornecer livros adequados aos neo-alfabetizados;
- Ser depositária do acervo da inteligência e da história local;
- Fornecer serviços de informação técnica e comercial.

Essas leis definem os princípios da biblioteca pública enquanto instituição perante a sua responsabilidade de letramento da sociedade desde a infância até a vida adulta. São ações básicas diretamente voltadas à alfabetização, ao aprendizado e à cultura.

A biblioteca pública, ainda que por muitos ela ainda esteja ligada ao termo “depósito de livros”, considerando que a educação é o pilar para o desenvolvimento do indivíduo enquanto cidadão e que a biblioteca pública está pronta para fornecer a qualquer um que a frequente os materiais necessários para o seu crescimento sociocultural (Teixeira *et al.*, 2016).

Em sua declaração Bibliotecas e Liberdade Intelectual do ano de 1999, a IFLA defende o direito ao conhecimento e ao direito de liberdade do pensamento, consciência e expressão, nessa declaração ela aborda que:

- As bibliotecas proporcionam acesso à informação, às ideias e às obras da imaginação. Servem como portas de acesso ao conhecimento, ao pensamento e à cultura;
- As bibliotecas proporcionam um apoio essencial à formação contínua, para a tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos;
- As bibliotecas contribuem para o desenvolvimento e a manutenção da liberdade intelectual e ajudam a preservar os valores democráticos fundamentais e os direitos cívicos universais;
- As bibliotecas têm a responsabilidade de garantir e facilitar o acesso às expressões do conhecimento e da actividade intelectual. Com este fim, as bibliotecas devem adquirir, preservar e disponibilizar a mais ampla variedade de documentos, reflectindo a pluralidade e a diversidade da sociedade;
- As bibliotecas devem assegurar que a selecção e a disponibilidade dos documentos e dos serviços sejam regidos por considerações de natureza profissional e não por critérios políticos, morais ou religiosos; as bibliotecas devem adquirir, organizar e difundir a informação livremente e opor-se a qualquer forma de censura;
- As bibliotecas deverão disponibilizar os seus documentos, instalações e serviços a todos os utilizadores, de forma equitativa. Não deve haver nenhuma discriminação com base na raça, credo, sexo, idade ou em qualquer outro motivo;
- Os utilizadores das bibliotecas deverão ter o direito à privacidade e ao anonimato. Os bibliotecários e o restante pessoal das bibliotecas não deverão divulgar a terceiros a identidade dos utilizadores nem identificar os documentos por eles utilizados;
- As bibliotecas financiadas com fundos públicos e às quais o público tenha acesso deverão respeitar os princípios da liberdade intelectual;
- Os bibliotecários e outro pessoal das bibliotecas têm o dever de respeitar estes princípios;
- Os bibliotecários e outro pessoal das bibliotecas devem assumir as suas responsabilidades tanto perante a entidade patronal como perante os utilizadores. Em caso de conflito entre estas

responsabilidades, prevalecerá o dever para com o utilizador. (IFLA, 1999, p. 1).

A *American Library Association* (ALA, 2013) em sua política oficial defende tanto o direito do usuário a informação, quando o direito da biblioteca obter recursos para que desenvolva serviços de qualidade, ressaltando a sua importância como instituição. Ela fortalece a mensagem de que a biblioteca muda vidas e apresenta no ano de 2013 em sua conferência anual a Declaração de Direito das Bibliotecas que defende entre outras coisas a biblioteca como espaço cultural, de promoção da leitura e da pesquisa e de preservação da herança cultural de uma nação. Neste documento são citados 10 direitos referentes a estes aspectos, são eles:

- Bibliotecas capacitam o indivíduo.
- Bibliotecas apoiam a alfabetização e aprendizagem ao longo da vida.
- Bibliotecas fortalecem as famílias.
- Bibliotecas é o grande equalizador.
- Bibliotecas protegem nosso direito de conhecer.
- Bibliotecas fortalecem nossa nação.
- Bibliotecas promovem o avanço da pesquisa e da erudição
- Bibliotecas nos ajudam a entender os outros
- Bibliotecas preservam a herança cultural da nação. (ALA, 2013, p. 1).

Assim, conclui-se que a biblioteca pública tem um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, atuando como um espaço de promoção da leitura e do desenvolvimento cultural, intelectual e social do usuário desde os primeiros anos de vida, ela deve fornecer à acessibilidade à informação e ofertar oportunidades de gerar conhecimento aos seus usuários por meio da prática de projetos e ações culturais e educacionais. Tais práticas são essenciais para a construção do conhecimento e a diminuição da desigualdade social.

## **2.2 A história da biblioteca pública no Brasil**

Até a metade do século XVI não há muitos registros a respeito da existência de livros e bibliotecas no país. Moraes (1979) diz que a história das bibliotecas passa por diferentes momentos.

No Brasil, a história da biblioteca pública tem início no período em que a Igreja Católica, ainda era a única instituição educadora, em meados do século XVIII,

onde poucas pessoas possuíam acesso à informação. Nessa época, os livros eram restritos a determinados assuntos, considerados próprios a estudo, em sua maioria livros religiosos. Somente no ano de 1549, com o surgimento do sistema educacional que são formados os primeiros acervos do país (Santos, 2011).

Historicamente, o acesso à informação no Brasil sempre foi voltado àqueles que possuíam maior poder aquisitivo. De acordo com Moraes (1979) o acesso à vida intelectual do país e a produção literária, a chamada “Idade Média Brasileira”, estava concentrada na Região Norte.

Em 1808, a chegada da família real Portuguesa ao Brasil, deu início ao surgimento da Biblioteca Real, hoje nomeada Biblioteca Nacional (BN). Quando a rainha de Portugal, D. Maria I e o príncipe regente, D. João trouxeram muitos manuscritos. Esta biblioteca era composta por mais de cem incunábulo, dentro estes dois exemplares da Bíblia de Mogúncia. Ela foi inaugurada em 1810 (figura 1) e inicialmente instalou-se nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo. Nesse tempo a biblioteca era mantida através de depósito legal (Santos, 2011; Brasil, 2024).

A biblioteca Real, enquanto residente no Brasil, manteve-se sob posse de Portugal por cerca de uma década e meia e somente no ano de 1825 foi adquirida pelo Brasil, por 800 contos de réis, quantia que na época era considerada muito alta(Santos, 2011; Brasil, 2024).

A importância histórica da Biblioteca Nacional pode ser melhor compreendida por meio de sua representação arquitetônica e simbólica, como ilustrado na Figura 1 a seguir. A imagem evidencia não apenas a imponência do edifício, mas também seu papel como guardião da memória nacional, refletindo a relevância cultural e educacional que a instituição assumiu desde sua inauguração.

**Figura 1** - Biblioteca Nacional no dia de sua inauguração. (12.nov.1810)



**Fonte:** Fundação Biblioteca Nacional.

Somente no ano de 1858 a biblioteca passou oficialmente a ser denominada BN e Pública do Rio de Janeiro, nesse mesmo ano ela foi transferida para o largo da Lapa, onde manteve-se até o ano de 1910, quando definitivamente passou a ocupar o seu edifício próprio, o qual permanece até os dias atuais, localizado na avenida Rio Branco, sendo conhecida hoje por FBN (Santos, 2011).

Alguns historiadores apresentam a BN como a primeira biblioteca pública do Brasil, no entanto, nesta pesquisa será adotada a perspectiva de Suaiden (1995, p. 24):

As bibliotecas fundadas anteriormente, como as dos conventos, não eram públicas, e a Biblioteca Real do Rio de Janeiro já existia em Lisboa, havendo, portanto, no caso, apenas a transferência de sede. É importante salientar que a fundação da Biblioteca Pública da Bahia não se efetivou através de uma iniciativa governamental. Ela foi criada por iniciativa dos cidadãos.

Diante disso será adotada como a primeira biblioteca pública do Brasil, a Biblioteca Central do Estado da Bahia, que foi inaugurada em 13 de maio de 1811, nomeada em primeiro momento como Livraria Pública, sendo a primeira biblioteca de verdadeiro caráter público do Brasil e da América Latina, fundada a partir de uma

iniciativa civil do Coronel Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, um morador de cidade, cidadão considerado rico e culto pela população (Soares *et al.*, 2011).

A Biblioteca adotou como primeiro local de sede a antiga Livraria do Colégio dos Jesuítas (Figura 2).

**Figura 2** - Salão de leitura da Biblioteca Pública da Bahia



Fonte: Soares *et al.* (2011, p. 24).

O seu acervo inicialmente composto por três mil livros doados pelo próprio Coronel Castelo Branco, passou por um burocrático plano de fundação até obter mais volumes de acervos pessoais de personalidades baianas, dentre as obras treze volumes sobre a história do Brasil, Espanha e Índias Ocidentais, doados por Baltazar da Silva Lisboa<sup>3</sup>. (Soares *et al.*, 2011).

A inauguração da nova sede da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, em 1919, marcou um importante avanço no cenário cultural baiano. Como pode ser observado na **Figura 3**, a construção reflete a preocupação com a funcionalidade e a valorização estética, simbolizando o compromisso do governo com a

---

<sup>3</sup> Historiador, juiz de fora, ensaísta, funcionário público e professor. Foi Sócio Honorário do Instituto Histórico Brasileiro, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e membros de diversas outras academias de ciências. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/106/Baltasar%20da%20Silva%20Lisboa.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

modernização dos equipamentos culturais e com o incentivo à formação intelectual da população.

**Figura 3** - Sede da Biblioteca a partir de 1919



**Fonte:** Soares *et al.* (2011, p. 94).

A Biblioteca Pública da Bahia desde a sua criação recebeu a visita de viajantes de importantes nomes que passaram a descrever suas experiências no local em seus diários. Uma das mais marcantes, em 1859, quando visitada por Dom Pedro II. Soares *et al.* (2011, p. 11) abordam que:

A Biblioteca Pública da Bahia dá seus primeiros passos na vida cultural da cidade, tornando-se ponto de referência da cultura baiana. Em seus salões, viajantes como James Prior, Jean-Ferdinand Denis, Louis-François Tollenare, Karl Friedrich Philipp von Martius, entre outros, surpreendem-se por encontrar em terra tão exótica uma casa que guarda tão rico acervo; estudantes se debruçam à procura da fonte do saber; pessoas passam seus momentos de lazer lendo um jornal ou uma revista, buscando, entre folhas, sonhos e certezas.

Seguindo a cronologia de Suaiden (1980, 6-8), a ordem de criação das bibliotecas provinciais no século XIX apresenta-se como:

- Biblioteca Pública da Província do Maranhão –Fundada em 03 de maio de 1831.

- Biblioteca Pública Provincial de Sergipe – Fundada em 1848 e inaugurada somente no ano de 1851.
- Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco – Fundada em 1852.
- Biblioteca Pública Provincial de Santa Catarina – Fundada em 1854.
- Biblioteca Pública do Espírito Santo – Fundada em 16 de julho de 1855.
- Biblioteca Pública da Província da Paraíba – Fundada em 1859.
- Biblioteca Pública da Província do Paraná – Fundada em 1853, inaugurada em 25 de fevereiro de 1859.
- Biblioteca Pública do Estado de Alagoas – Fundada em 26 de junho de 1865.
- Biblioteca Provincial do Ceará – Fundada em 25 de março de 1867.
- Biblioteca Provincial do Amazonas – Instituída inicialmente como Sala de Leitura no ano de 1870. Inaugurada como Biblioteca Provincial em 25 de março de 1883.
- Biblioteca Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul – Fundada em 1871.
- Biblioteca do Pará – Fundada em 1846.
- Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro – Fundada em 1873.
- Biblioteca Estadual do Piauí – Fundada em 1883.

Ainda em um de seus estudos, Suaiden (2010) aponta que estas bibliotecas vivam em situações precárias, onde não existam recursos de infraestrutura, os acervos eram compostos por doações e armazenados em locais com péssimas condições de preservação. Por conta disso, a biblioteca passou a obter uma imagem negativa perante o público, o qual a descrevia como um lugar de castigo e feito apenas para pessoas eruditas.

A "Explosão Literária" da segunda metade do século XX foi um fenômeno significativo que refletiu tanto as mudanças sociais quanto as políticas da época. A pressão governamental para que as editoras aumentassem o patrocínio aos autores resultou em um ambiente fértil para a produção literária, permitindo que uma variedade de gêneros prosperasse (Martins, 2022).

Com o aumento do patrocínio e o incentivo à publicação, os romances ganharam destaque, atraindo um público cada vez maior. Ao mesmo tempo, obras voltadas para o público infantil começaram a receber mais atenção, contribuindo para a formação de novos leitores desde a infância. A diversidade editorial também se expandiu com a inclusão de folhetos e dicionários, que se tornaram ferramentas importantes de disseminação do conhecimento e da cultura (Martins, 2022; Milanesi, 1998, 2002).

Esse período foi marcado pela busca por novas vozes e estilos, refletindo as inquietações e as transformações sociais da época. Autores de diferentes origens

e perspectivas começaram a emergir, enriquecendo o panorama literário e tornando a literatura mais acessível e plural (Martins, 2022).

As bibliotecas e os gabinetes de leitura passaram a ocupar maior espaço na sociedade e a população de analfabetos passou a utilizar da oralidade, seja por músicas, danças ou até mesmo textos decorados como uma melhor forma de expressão. E, somente no final deste século a dominação colonial-escravista tem um fim. Eventos históricos como a abolição da escravatura aceleraram o processo de desenvolvimento da população e do chamado capitalismo industrial, inicia a necessidade de letramento da mão de obra (Martins, 2022; Milanesi, 1998, 2002).

Apesar disso, a circulação de livros no Brasil e, conseqüentemente, o fluxo bibliográfico passa a ganhar força após a criação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da biblioteca pública, dando início com a criação do INL, fundado por meio do decreto-lei n. 93, de 21 de dezembro de 1937 (Brasil, 1937), segundo Suaiden (2000, p. 53) dois fatores tiveram peso para a criação do INL:

O primeiro era uma resposta do governo federal aos intelectuais que haviam participado da Semana de Arte Moderna e que criticavam muito a administração pela falta de uma política cultural. O segundo fator era que havia necessidade de dar especial atenção à nova classe dos operários, pois basicamente a mão-de-obra não era qualificada e o analfabetismo atingia altas proporções nesse segmento.

Ainda em seu estudo, o autor revela que, na época, o governo tinha dificuldade em passar segurança quanto à promoção da cultura e que a criação do INL foi uma das medidas para iniciar o processo de valorização da cultura, de promoção dos hábitos de leitura e do livro. Oliveira (1994, p. 27) diz que o INL “iniciou o seu trabalho propondo a criação de 25 bibliotecas populares, em bairros do Rio de Janeiro e em 1989, 52 anos após a sua criação, computava a presença da biblioteca pública em 96% dos municípios brasileiros”. Ainda segundo ele, políticas adotadas pelo instituto tiveram ações expressivas no desenvolvimento da biblioteca pública no Brasil.

O INL foi inicialmente formado por um Conselho de Orientação composto por três seções técnicas:

- a) Seção da Enciclopédia e de Dicionário;

- b) Seção de Publicações;
- c) Seção de Bibliotecas.

O instituto possuía como objetivo principal dar continuidade ao projeto do Instituto Cairu <sup>4</sup> de criar a “Enciclopédia Brasileira” e o “Dicionário da Língua Nacional”. Além disso, o INL trabalhou para melhorar e baratear o custo do mercado editorial e dar suporte à criação e manutenção das bibliotecas públicas no país. Conforme descreve Cunha (1967, p. 95),

O INL não se contentou com o registro passivo de bibliotecas já existentes. Desenvolveu um esforço ininterrupto junto às Prefeituras Municipais, no sentido de que fossem criadas bibliotecas públicas ou de que estas fossem reabertas ou reestruturadas, oferecendo para isso novos volumes e assistência técnica .

Assim como com o decreto nº 51.223, de 22 de agosto de 1961 foi criado o Serviço Nacional de Bibliotecas, constituído pelo setor de catálogo nacional, setor de intercâmbio de catalogação, setor de assistência técnica e uma biblioteca, que tinha como objetivos:

1. Incentivar as diferentes formas de intercâmbio bibliográficos entre as bibliotecas do País;
2. Estimular a criação de bibliotecas públicas e, especialmente de sistemas regionais e bibliotecas;
3. Colaborar na manutenção dos sistemas regionais de bibliotecas;
4. Promover o estabelecimento de uma rede de informações bibliográficas que sirva a todo o Territorial Nacional. (Brasil, 1961, p. 1)

Após o INL, outra política pública de grande importância para as bibliotecas públicas brasileiras foi a Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986 (Brasil, 1986), conhecida como lei Sarney, voltada para estimular a cultura nacional. Ela fez com que até o ano de 1990 o imposto sob renda de doações, patrocínios e investimentos fossem abatidos no ramo da cultura, fazendo com que aumentasse os acervos das bibliotecas e, conseqüentemente, o seu público.

---

<sup>4</sup> O instituto tinha como objetivo criar e render edições a Enciclopédia Nacional e ao Dicionário da Língua Nacional. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/45083/32292>. Acesso em: 2 maio 2021.

Seguindo a cronologia, a Fundação Nacional Pró-Leitura chega em 5 de novembro de 1987, através da Lei 7.624 (Brasil, 1987). Esta fundação tinha como finalidade:

- I - promover o desenvolvimento da produção e da difusão do livro;
- II - estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas;
- III - difundir e estimular o hábito da leitura;
- IV - manter e incentivar cursos de biblioteconomia, de técnicas de encadernação e proteção de livros e demais tecnologias de reprodução e arquivamento de sons e imagens;
- V - receber o Depósito Legal, disciplinado pelo Decreto Legislativo nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907;
- VI - promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas (Brasil, 1987, p.1.)

Vinculada ao Ministério da Cultura, esta iniciativa teve um curto período de existência e foi extinta com pouco mais de dois anos junto com o INL, em 1990. Todas as atribuições desses órgãos foram transferidas para a Diretoria Nacional do Livro, dentro da BN. Isso fez com que a BN passasse a ter a responsabilidade de coordenar toda a execução de políticas públicas referentes às bibliotecas no país.

Após críticas referentes ao poder da FBN, sobre a criação, manutenção e execução de políticas públicas voltadas para o livro, o governo decide por meio do decreto n.º 520, de 13 de maio de 1992, instituir o SNBP, criado para “proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País” (Brasil, 1992). Referente a ele, com caráter de legitimidade nacional, foram dispostos os seguintes objetivos:

- I – Incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo território nacional;
- II – Promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- III – desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;
- IV – Manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;
- V – Incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;
- VI – Proporcionar, obedecida à legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante o repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;

- VII – favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no país;
- VIII – assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades;
- IX – Firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e bibliotecas. (Brasil, 1992, p. 1).

Ainda neste decreto estão inseridas 3 fontes de recursos para que todos esses objetivos fossem cumpridos respeitando as normas administrativas, sendo por meio de orçamento da União; doações e contribuições nacionais, e internacionais ou a participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 1992).

Em 13 de maio de 1992, foi instituído o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler). Esse instituto estava diretamente ligado a FBN subordinada ao Ministério da Cultura. O instituto foi resultado de um projeto apresentado pela Fundação Nacional do Livro Infante e Juvenil (FNJL), com o objetivo de disseminar a importância da leitura. O projeto trabalhou levando em consideração a situação de leitura pedagógica no país, onde a escola básica acabou por ser fragilizada. Conforme o Art. 2º, seus objetivos são:

- I - promover o interesse nacional pelo hábito da leitura;
- II - estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras;
- III - criar condições de acesso ao livro (Brasil, 1992, p. 1).

Para que estes objetivos fossem bem-sucedidos, foram estabelecidos também neste decreto mecanismos para assegurar a mediação da leitura:

- I - instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca;
- II - dinamização de salas de leitura, mediante supervisão de atividades e distribuição de materiais com sugestões de promoções;
- III - consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura;
- IV - provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público;
- V - promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura;
- VI - utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura (Brasil, 1992, p. 1).

Apesar de tais políticas aplicadas em território nacional, ainda é baixo o número da população que possui o hábito de ler ou de frequentar uma biblioteca e isso "é uma consequência das condições socioeconômicas e educacionais da população do país" (Rosa; Oddone, 2006, p. 183)

É visível que ainda assim as políticas públicas em prol do livro e da leitura não foram deixadas de lado. Em 1993 foi fundado o Programa Uma Biblioteca em Cada Município, que tinha como objetivo promover a autonomia e capacidade financeira para que em dentro de 5 anos a criação de ao menos um acervo público dentro de cada município do país, além de garantir a guarda, funcionamento e conservação destas bibliotecas.

Assim como em 23 de novembro de 2003, foi criada a Lei nº 10.753, conhecida popularmente como a Lei do Livro, que visa garantir o direito de acesso e uso do livro a todos. Dentre os seus objetivos está garantir o acesso ao livro; apoiar a produção, edição, distribuição e comercialização do livro; estimular o desenvolvimento intelectual da população; promover e incentivar o hábito da leitura. No Art. 2º ela define o livro como: "a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento" (Brasil, 2003). Incluindo os suportes em Braille, para pessoas com deficiência visual.

Outras políticas foram: Programa Arcas das Letras (2003); Programa Livro Aberto (2004); Programa Fome de Livro (2005); Prêmio VIVALEITURA; O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), aprovado pelo Decreto Presidencial nº 7.559. E em 2018 foi instituída a Lei nº 13.696, intitulada como Política Nacional da Leitura e Escrita (PNLE) (Brasil, Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018). Que em seus objetivos defende o direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas; a qualificação e a melhoria do espaço de leitura com ambiente capaz de dar suporte a população, a conservação e modernização dos acervos tanto físicos como digitais. Todas estas políticas foram feitas pensando na melhoria e no desenvolvimento das bibliotecas públicas quanto centro de informação.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia foi um dos elementos fundamentais desta pesquisa científica, uma vez que a pesquisadora precisou definir estratégias para a coleta eficaz de dados e traçar um percurso sistematizado. Dessa forma, buscou-se informar os leitores sobre como o estudo foi conduzido, quais métodos e técnicas foram utilizados e a justificativa para a escolha desses procedimentos.

Braga (2007) destacou que a metodologia adotada, com base no planejamento da pesquisa, determinaria a forma de coleta e análise dos dados, essenciais para a obtenção dos resultados. Ainda segundo a autora, a escolha de uma metodologia adequada deveria ser capaz, inclusive, de prever problemas e antecipar possíveis soluções ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Dessa maneira, esta investigação caracterizou-se como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica baseou-se em materiais previamente elaborados, como livros e artigos científicos, conforme indicado por Gil (2022, p. 44). Esse tipo de estudo fundamentou-se exclusivamente em fontes publicadas em canais formais de comunicação científica. O mesmo autor definiu a pesquisa documental como aquela que utiliza materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados conforme os objetivos do estudo (Gil, 1991, p. 45). Embora ambas sigam uma estrutura semelhante, a pesquisa bibliográfica trabalhou diretamente com fontes previamente analisadas, enquanto a documental baseou-se no estudo de fontes brutas, como cartas, atas e ofícios.

No que se refere à abordagem do problema, esta pesquisa teve natureza qualitativa, fundamentando-se na análise de fontes físicas (manuscritas e impressas) e digitais disponíveis em repositórios. Sobre essa modalidade, Minayo (2002, p. 21-22) ressaltou que a pesquisa qualitativa responde a questões específicas, abordando aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Trabalha-se, portanto, com um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, explorando as relações e processos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A respeito do local de estudo, inicialmente foram coletados dados sobre a BPED, situada na Rua Vila Cristina, bairro Treze de Julho, Aracaju - SE, CEP 49020-150.

Atualmente, a instituição pode ser contatada por meio do telefone (79) 3179-1907, do site recém-criado<sup>5</sup>, além de suas redes sociais Instagram<sup>6</sup>, Facebook<sup>7</sup> e pelo e-mail<sup>8</sup>. Seu horário de funcionamento ocorre de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, e aos sábados apenas quando há eventos.

No período da pesquisa, a BPED era liderada pela pedagoga Juciene Maria Santos de Jesus. O prédio principal possuía três andares e, recentemente, havia incorporado alguns setores de órgãos do estado. Além disso, contava com um anexo menor. A equipe da biblioteca incluía duas bibliotecárias no setor técnico, além de pedagogos, uma psicóloga, secretária, serventes, zeladores e estagiários de cursos ligados à linguagem, cultura e arte.

O acervo da biblioteca contava com onze categorias: Circulante, Geral, Infantil, Braille, Cultura Popular, Obras Raras, Sergipano, Histórias em Quadrinhos, Hemeroteca e Memorial Marcelo Déda. Os serviços oferecidos incluíam empréstimo, renovação e devolução de materiais. O empréstimo ocorria mediante cadastro, sendo necessário apresentar um documento com foto. A política da instituição estabelecia um prazo de quinze dias para a devolução do material, podendo ser prorrogado mediante renovação, que poderia ser realizada presencialmente ou por telefone. Além disso, havia catálogos físicos recém-produzidos para consulta em alguns setores, enquanto outros exigiam auxílio dos funcionários para acesso ao sistema BIBLIVRE. Projetos em desenvolvimento incluíam a criação de um site e de um canal de rádio próprio. Também eram disponibilizados agendamentos para o uso do auditório e do espaço de exposições para a comunidade.

A pesquisa foi realizada a partir da coleta de informações sobre a trajetória da biblioteca desde sua criação. Em um segundo momento, buscou-se contextualizar a fundação da primeira biblioteca pública no Brasil, a Biblioteca Central do Estado da Bahia, inaugurada em 1811. Para essa abordagem, foram utilizados estudos de autores como Almeida Júnior, Rubens Moraes, Vanda Cunha, Luiz Antônio Silva, Guilhermina Arruda, Emir José Suaiden, Cristina Argenton Colonelli e Alexander Roges Ribeiro.

A contextualização da história da biblioteca pública em Sergipe e da BPED baseou-se nas obras de Maria Thétis Nunes, Felisbelo Firmo de Oliveira, Gil

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://biblioteca.seduc.se.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/epiphaniadoria/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/epiphaniadoria/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

<sup>8</sup> E-mail: [biblioteca.publica@educ.se.gov.br](mailto:biblioteca.publica@educ.se.gov.br).

Francisco, entre outros. A pesquisa documental na própria biblioteca possibilitou o levantamento de documentos, relatórios, fotos, vídeos, jornais, cartas e discursos que abordam sua trajetória. Após a análise desse material, foi possível realizar uma contextualização histórica, cultural, social e econômica da instituição desde sua fundação até os dias atuais.

A investigação seguiu três objetivos específicos: o primeiro consistiu no levantamento bibliográfico sobre a trajetória das bibliotecas públicas e sua inserção no cenário nacional; o segundo focou na trajetória da BPED, fundamentando-se em trabalhos científicos e materiais documentais; e o terceiro buscou analisar os documentos levantados a partir da pesquisa, contribuindo para uma compreensão aprofundada sobre a evolução da instituição.

As informações coletadas foram levantadas por meio de uma pesquisa nas bases de dados, das instituições indicadas pelo Quadro 1.

**Quadro 1 – Base de dados**

<b>BASE DE DADOS A SEREM PESQUISADAS</b>	
<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>WEBSITE</b>
Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe	<a href="https://ri.ufs.br">https://ri.ufs.br</a>
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	<a href="https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Advanced">https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Advanced</a>
Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação	<a href="https://www.brapci.inf.br">https://www.brapci.inf.br</a>
Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto (OASISBR)	<a href="https://oasisbr.ibict.br/vufind/Content/statics">https://oasisbr.ibict.br/vufind/Content/statics</a>
Biblioteca Eletrônica Científica Online	<a href="https://www.scielo.org">https://www.scielo.org</a>

**Fonte:** Elaboração própria (2021)

Foram realizadas pesquisas com os termos 'Biblioteca Epifânio Dória', 'Biblioteca Pública' e 'Políticas Públicas'. Além disso, foram consultadas legislações referentes às políticas públicas (listadas no Quadro 2) e documentos fundamentais para a compreensão da temática, como o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994) e as informações disponíveis no website do SNBP. A análise desses documentos justificou-se por sua relevância na história das bibliotecas públicas no Brasil, contribuindo diretamente para o objetivo deste estudo, que foi estabelecer a trajetória histórica da BPED.

**Quadro 2 - Leis/Decretos**

<b>LEIS/DECRETOS</b>		
<b>NUMERO/DATA</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>FONTE</b>
Decreto/lei n. 93, de 21 de dezembro de 1937	Instituto Nacional do Livro	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm</a>
Decreto nº 51.223, de 22 de agosto de 1961	Serviço Nacional de Bibliotecas	<a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51223-22-agosto-1961-390882-publicacaooriginal-1-pe.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51223-22-agosto-1961-390882-publicacaooriginal-1-pe.html</a>
Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986	“Lei Sarney”	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7505.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7505.htm</a>
Lei 7.624 de 5 de novembro de 1987	Fundação Nacional Pró-Leitura	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7624.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7624.htm</a>
o Decreto n.º 520, de 13 de maio de 1992	SNBP	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm</a>
Decreto nº 519 de 13 de maio de 1992	Programa Nacional de Incentivo à Leitura	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0519.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0519.htm</a>
Lei nº 10.753 de 30 de outubro de 2003	Política Nacional do Livro	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10753.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10753.htm</a>
Decreto Presidencial nº 7.559 de 1 de setembro de 2011	Plano Nacional do Livro e Leitura	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm</a>
Lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018	Política Nacional da Leitura e Escrita	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13696.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13696.htm</a>

Fonte: Elaboração própria (2021).

Por fim, também realizou-se um levantamento nos jornais regionais do Estado de Sergipe a procura de notícias históricas e dados referentes a BPED. Os títulos a pesquisados são listados no Quadro 3.

**Quadro 3 – Jornais Regionais**

<b>JORNAIS REGIONAIS</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>PERÍODO</b>
Gazeta de Aracaju	1884-1885
Jornal de Sergipe	1981-1982
Folha de Sergipe	1886
Diário Oficial	1895-1896
Correio Sergipense	1932

Fonte: Elaboração própria (2021).

Esse material foi pesquisado na Hemeroteca da própria BPED e no Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Além das informações citadas anteriormente, o processo de levantamento das informações históricas teve como base uma pesquisa bibliográfica realizada em três instituições fundamentais para a preservação da memória sergipana: o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), a Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Biblioteca Pública Epiphânio Dória. No IHGSE, um dos principais materiais consultados foram as edições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, publicações periódicas que reúnem artigos, discursos, biografias e registros de eventos que marcaram a história do estado. Essas revistas, produzidas por historiadores, pesquisadores e membros do instituto, revelaram-se fontes riquíssimas para compreender tanto os fatos históricos quanto a forma como esses fatos foram narrados e interpretados ao longo do tempo.

Além das revistas, também foram acessados livros raros, documentos manuscritos e catálogos físicos com a ajuda da equipe da instituição. Na Biblioteca da UFS, a pesquisa teve um foco mais acadêmico, com a consulta a teses, dissertações e obras de referência que contribuíram com uma base teórica sólida. Já na Biblioteca Pública Epiphânio Dória, o trabalho se concentrou em jornais antigos e periódicos regionais, permitindo o resgate de informações do cotidiano, registros de eventos e percepções sociais da época estudada.

Durante todo o processo, cada fonte foi cuidadosamente registrada, com observações sobre autoria, data, conteúdo e relevância para o tema investigado. O cruzamento entre fontes acadêmicas, registros históricos e materiais jornalísticos possibilitou uma abordagem mais ampla, crítica e contextualizada da temática em estudo.

#### 4 A BIBLIOTECA PROVINCIAL DE SERGIPE

A Biblioteca Pública Provincial de Sergipe foi proposta em 1848 pelo deputado Martinho de Freitas Garcez (1810-1861) e sancionada pelo presidente provincial Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos em 16 de junho do mesmo ano. A intenção era estabelecer a biblioteca na antiga capital, São Cristóvão. Conforme transcrição da lei 233 de 16 de junho de 1848:

Art. 1º. Fica creada na Capital desta província uma Bibliotheca com a denominação de – Bibliotheca publica provincial – que constará de obras antigas e modernas em todos os ramos de conhecimentos humanos, escolhidas e das melhores edições.

Art. 2º. Compete ao Presidente da província designar aquellas obras, que devem ser compradas com preferênciã a outras, e ordenar a sua aquisição annualmente com as quantias marcadas nas leis de orçamento.

Art. 3º. A bibliothaeca poderá ser collocada em um dos conventos desta cidade, onde melhor parecer ao Governo.

Art. 4º. Fica também creado o logar de Bibliothecario, que será da nomeação do Presidente, e vencerá o ordenado, que por este lhe for arbitrado. Em quanto a Bibliotheca não contiver para mais de mil volumes, não perceberá elle se não metade do ordenado, e em seus impedimentos proporá ao Governo quem o substitua, sem que o substituto perceba cousa alguma pelos cofres provinciaes.

Art. 5º. Far-se-há abertura regular da Bibliotheca quando o numero de seus livros exceder ao designado no artigo antecedente.

Art. 6º. Na Bibliotheca haverá uma sessão denominada – Archivo, - que será destinada – 1º - Para originaes, ou copias de mappas e relações estatísticas - 2º - Para originaes, ou copias de quaesquer papeis do Governo geral, ou provincial, cuja guarda no archivo se julgar conveniente, e para noticias de acontecimentos agradáveis desastrosos, provenientes de cauzas naturaes- 3º - Para noticias de descobertas uteis de productos da Historia Natural, Mineralogica e Botanica, e bem assim para originaes de memórias remettidas ao Governo da província para serem offerecidas á Bibliotheca, e que disserem respeito á historia della e do Imperio, ao augmento e progresso da agriculua, commercio navegação, industria, sciencias e artes.

Art. 7º. Os cidadãos que quizerem doar livros á Bibliotheca, o poderão fazer por intermédio do governo da província, sendo logo seus nomes publicados pela folha official, bem como o numero dos livros offerecidos com designação de seus títulos.

Art. 8º. Fica o Presidente da província autorizado a marcar gratidicações, si as pedirem, aos escrivães, ou a outras pessoas, que lhe apresentarem copias authenticas de semarias, de escripturas, ou papeis, que contenhão factos importantes para a historia da província.

Art. 9º. O regulamento que for dado pelo Governo para a bõa execução desta lei, será dependente da approvaçã da assembléa

provincial. Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário (Franco, 1879).

Apesar da criação oficial, a biblioteca só começou a funcionar em 2 de julho de 1851, durante a gestão de Amâncio João Pereira de Andrade. Instalou-se então no Convento de São Francisco, também em São Cristóvão, conforme demonstra a figura 4. Na época, José Gonçalves Barroso (1821-1882) foi designado como seu primeiro bibliotecário. Barroso, que era padre e político, não se empenhou na manutenção da biblioteca devido à sua oposição política ao Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, resultando em uma curta existência para a instituição.

A criação da Biblioteca tinha como objetivo atender às necessidades do Liceu Sergipense, proporcionando aos alunos matriculados um espaço dedicado ao estudo e à pesquisa. Para isso, foram reunidas diversas obras literárias, compêndios e outros textos que facilitavam o acesso ao conhecimento e enriqueciam a formação educacional dos estudantes. O acervo inicial da biblioteca era composto por 415 volumes, generosamente doados pelo próprio Presidente da Província e por membros influentes da aristocracia sergipana, que contribuíram para a constituição de um espaço acadêmico mais completo e acessível. Ainda nesse ano, a biblioteca atingiu o número de 737 volumes e até 1854 arrecadou o número de 1,642 volumes (Dória, 1942).

A seguir, transcrevem-se os nomes de alguns dos doadores e obras doadas para compor este acervo, conforme registros do Dicionário Bibliográfico de Armindo Guaraná (1925) e das publicações do jornal O Correio Sergipense (1851):

**Quadro 4 – Primeiras obras doadas à biblioteca provincial de Sergipe**

	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Volume</b>
1.	Dr. Amâncio João Pereira de Andrade	<i>Encyclopedia moderna por Courtin</i>	1832	25
2.	João Gomes de Melo (Barão de Maruim)	<i>Archives de Droit et de Legislation</i>	1837	03
3.	Domingos Mondim Pestana	<i>Collections de Constitutions – Ver figura 4</i>	1823	06
4.	Dr. Francisco Rabelo Leite	<i>Histoire de Napoleon por Capefligue</i>	1846	02
5.	Dr. Guilherme Pereira Rebello	<i>Pauvrete des Nations por Toderé</i>	1825	01
6.	João José de Bittencourt Calasans	Bíblia Sagrada vertida em português	-	01
7.	Dr. Manoel Rodrigues Barreto	Ensaio sobre o modo de melhorar as terras	1801	01
8.	José Baptista Vieira de Mello	<i>Historia d' Angleterre por Thierry (1835)</i>	1835	04

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

**Figura 4 - Convento São Francisco**

Fonte: arquivo IPHAN.

A situação piorou em 1855, quando a capital foi transferida para Aracaju. Sem um local adequado na nova capital, o acervo da biblioteca ficou sob a guarda de Benjamin do Prado Leite Salgado, nomeado zelador pela resolução nº 424 de 3

de maio de 1855, com um salário de 300\$000 réis por ano. Benjamin do Prado era conhecido na região, sendo pai de Joaquim do Prado Sampaio, um farmacêutico, e avô do renomado escritor sergipano Prado Sampaio (Dória, 1942).

Em 24 de maio de 1858, a resolução nº 496, assinada pelo presidente João Dabney de Avellar Brotelho, pôs fim ao cargo de zelador. Os livros foram transferidos para a secretaria da Assembleia Provincial, onde o oficial-maior passou a cuidar deles. Este oficial recebeu um adicional anual de 200\$000 réis, desde que permitisse o acesso público aos livros ao menos uma vez por semana.

Com o encerramento das atividades da Biblioteca Pública Provincial em 1858, Sergipe ficou sem uma biblioteca pública pelo restante do período monárquico, privando a população de um importante espaço de acesso ao conhecimento (Dória, 1942; Freire, 1977; Santos, 2019).

Com a transferência da capital para Aracaju em 1855, os livros da antiga Biblioteca Pública Provincial foram armazenados em uma sala da Tesouraria Provincial, sem organização adequada ou acesso ao público (Dória, 1942; Freire, 1977; Santos, 2019).

Somente anos depois, em 27 de março de 1890, o governador Felisbello Firmo de Oliveira Freire oficializou a criação da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe por meio do decreto nº 374. Além de político, Felisbello era um renomado historiador, autor de obras como História de Sergipe 1575-1855 (1891) e História Constitucional do Brasil (1894) (Dória, 1942; Freire, 1977; Santos, 2019).

Josino Menezes foi nomeado diretor da biblioteca, enquanto Antônio de Carvalho Lima Júnior assumiu a função de conservador (assistente de bibliotecário). Em apenas quatro meses após sua instalação em uma das salas do Palácio do Governo, a instituição já operava plenamente, contando com um orçamento anual de 686:285\$000 (seiscentos e oitenta e seis mil contos de réis e duzentos e oitenta e cinco réis) (Dória, 1942; Freire, 1977; Santos, 2019; Santos, 2023).

A catalogação das obras ficou a cargo do conservador, que estruturou o acervo conforme os princípios do sistema Garnier, classificando os livros em cinco grandes áreas do conhecimento: religião, jurisprudência, ciências e artes, belas letras e história. Após um longo período de inatividade, a biblioteca finalmente retomava sua importância, atendendo cerca de 870 leitores e registrando 929consultas a obras de seu acervo. Entre os que frequentemente visitavam o espaço estavam figuras notáveis como Olinto Dantas, Brício Cardoso, Armindo

Guaraná, Simeão Sobral, Oseas dos Santos, Deodato Maia, Graccho Cardoso, Baltazar Góis, Quintino Marques e Alfredo Montes (Santos, 1984).

Em 1908, Edilberto Campos, então secretário do governo no período de 1907 a 1908, implementou as primeiras iniciativas voltadas à preservação da Biblioteca, reconhecendo a importância da conservação de seu acervo e estrutura. No mesmo ano, especificamente em 21 de outubro, Epifânio Dória representado pela figura 5, foi oficialmente nomeado bibliotecário. Natural de Sergipe, Epifânio Dória foi um intelectual, historiador e escritor renomado, dedicando-se à pesquisa e à valorização da cultura e da história sergipana. A partir de sua nomeação, ele passou a atuar em conjunto com o diretor da instituição, promovendo melhorias essenciais para a organização, manutenção e funcionamento adequado da Biblioteca. Seu trabalho foi fundamental para a modernização e estruturação do espaço, assegurando melhores condições para o armazenamento e acesso ao conhecimento, além de contribuir significativamente para a preservação da memória cultural e histórica do estado (Dória, 1942; Freire, 1977; Santos, 2019; Santos, 2023).

Em 1913, sob a administração do general José Siqueira de Menezes, a biblioteca foi transferida para um novo local na Praça Olímpio Campos, onde permaneceu por 23 anos. O general, em sua mensagem à Assembleia Legislativa, enfatizou a importância desse espaço cultural, ressaltando a necessidade de investimento em educação e cultura (Dória, 1942; Freire, 1977; Santos, 2019; Santos, 2023).

**Figura 5 - Epiphânio Dória**

**Fonte:** Governo do Estado de Sergipe.

O desejo de oferecer melhores condições para a biblioteca levou ao início do projeto de construção de um novo prédio em 5 de outubro de 1935, na Praça Fausto Cardoso, em um local anteriormente ocupado pelo edifício dos Correios e Telégrafos. Após um ano de obras, em 14 de novembro de 1936, a biblioteca foi inaugurada em sua nova sede, projetada especificamente para abrigar seu acervo e atender ao público (Dória, 1942; Freire, 1977; Santos, 2019; Santos, 2023).

Com o passar do tempo, o prédio que inicialmente serviu como biblioteca passou a abrigar o Arquivo Público Estadual, continuando assim a importância do local como um centro de preservação da memória e da história de Sergipe. Essa trajetória evidencia não apenas a evolução da biblioteca, mas também o compromisso contínuo com a promoção da cultura e do acesso à informação na região (Dória, 1942; Freire, 1977; Santos, 2019; Santos, 2023).

**Figura 6-** Biblioteca Pública do Estado, inaugurada em 1936, atual Arquivo Público



**Fonte:** Governo do Estado de Sergipe (2023).

Já nesse período a biblioteca contava com um vasto acervo de obras diversificadas e possui um público frequente. Quatro anos após a inauguração (1940), a Biblioteca Pública do Estado, em suas estantes, acomodava 275.000 volumes. No primeiro semestre deste ano, foram consultadas 12.701 obras, registrando-se uma frequência superior a 11.113 consultantes. Em seu salão de honra – Siqueira de Menezes – realizavam-se várias conferências públicas e concertos (Francisco, 2002, p. 159).

De 1935 a julho de 1959, a biblioteca cresceu rapidamente. O poeta Freire Ribeiro (1911-1975) exercia a função de diretor técnico da Biblioteca Pública do Estado, que já possuía um acervo de quase 60.000 volumes, com destaque para a Seção Sergipana (Dória, 1942; Freire, 1977; Santos, 2019; J. Santos, 2023).

Com a chegada do regime militar em 1964, diversas instituições culturais sofreram restrições, e a Biblioteca Pública do Estado de Sergipe não foi diferente. Como um espaço de acesso ao conhecimento, a biblioteca foi afetada pela censura e pelo controle do governo sobre obras consideradas inadequadas. Muitos livros foram monitorados, alguns tiveram circulação restrita e outros foram removidos do acervo, seguindo as políticas de controle da produção intelectual e artística da época (Dória, 1942).

Além da censura, a biblioteca enfrentou dificuldades para se modernizar e expandir. A falta de investimentos comprometeu a manutenção do prédio, prejudicando a conservação dos livros e limitando a aquisição de novas obras. Mesmo assim, a instituição continuou funcionando, ainda que com estrutura precária e recursos limitados. Houve tentativas de melhorias, mas o orçamento restrito do período impediu avanços significativos (Silva, 2015).

Mesmo em um cenário de repressão, a Biblioteca Pública do Estado de Sergipe continuou sendo um espaço de resistência intelectual para pesquisadores, estudantes e escritores locais. Apesar das limitações, a instituição seguiu cumprindo sua missão de promover o conhecimento e preservar a história do estado (Dória, 1942).

#### **4.1 A Biblioteca Pública Epifânio Dória**

Em 1974, a biblioteca recebeu o nome de Epiphânio Dória em homenagem ao jornalista, escritor e historiador sergipano de mesmo nome, reconhecido por sua contribuição à cultura e à literatura do estado. Durante sua trajetória intelectual, Epifânio Dória realizou pesquisas aprofundadas sobre a história e a literatura sergipana, reunindo documentos valiosos e promovendo a preservação do patrimônio cultural do estado. Sua atuação ajudou a ampliar o acervo da biblioteca, garantindo que livros, manuscritos e registros históricos estivessem acessíveis ao público (J. Santos, 2023).

O novo prédio foi inaugurado no centro de Aracaju e registrado sob o número 003530 no Cadastro Geral de Bibliotecas do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A mudança para a nova sede trouxe benefícios significativos, como:

- Um prédio mais amplo, oferecendo melhores condições para o armazenamento do acervo e o atendimento ao público.
- Maior capacidade de conservação dos livros, reduzindo os danos ao acervo que vinham sendo registrados no antigo espaço.
- A criação de espaços específicos, como salões de leitura, auditório e áreas para pesquisa.

**Figura 7** – Nova sede da biblioteca, antiga fachada



**Fonte:** Governo do Estado de Sergipe.

Nas décadas de 1980 e 1990, a BPED desempenhou um papel fundamental na educação e na cultura do estado de Sergipe. Apesar das limitações financeiras, a instituição conseguiu expandir seu acervo por meio de novas aquisições e doações, ampliando significativamente a oferta de livros, periódicos e documentos históricos para pesquisadores e leitores (Santos, 2019).

Para melhorar a organização e facilitar o acesso ao conhecimento, foram estruturados novos setores, como a Seção Infantil, dedicada ao incentivo à leitura entre crianças, e o Setor de Referência, que reuniu enciclopédias, dicionários e materiais essenciais para estudos acadêmicos. O Setor de Periódicos, ou hemeroteca, ganhou destaque com a ampliação do número de jornais e revistas disponíveis para consulta, tornando-se uma fonte valiosa para quem pesquisava a história recente do estado e do país (Santos, 2019; J. Santos, 2023).

Outro importante conjunto documental da biblioteca é o Acervo Sergipano, composto por obras de autores locais, documentos históricos, folhetos, cordéis e registros que preservam a memória cultural do estado. Esse setor se

tornou um ponto de referência para pesquisadores interessados na história e literatura sergipana (J. Santos, 2023).

Além disso, a biblioteca abriga um Acervo de Obras Raras, que inclui edições antigas, manuscritos, documentos preciosos e livros de grande relevância histórica e acadêmica. Muitas dessas obras são exemplares únicos ou de tiragem limitada, sendo essenciais para o estudo do patrimônio bibliográfico nacional e internacional (J. Santos, 2023). Para garantir a preservação desse material, a instituição investiu na organização e conservação dessas peças, além de iniciativas de digitalização para facilitar o acesso ao público. A **Figura 8** apresenta uma visão parcial desse acervo, evidenciando a forma como os itens raros são acondicionados e os cuidados empregados em sua preservação.

**Figura 8** – Setor de Obras Raras



**Fonte:** Acervo pessoal (2023).

A chegada dos anos 2000 representou um período de transformações para a Biblioteca Pública Epiphânio Dórea, que enfrentava desafios estruturais acumulados ao longo das décadas anteriores. Com o avanço das tecnologias e o crescimento da internet, a necessidade de modernização se tornou evidente. Durante esse período, a biblioteca começou a se adaptar gradualmente, com projetos de informatização, reformas físicas e ampliação das atividades culturais.

Considerando a experiência vivenciada pela autora deste texto, que atuou como estagiária na instituição entre os anos de 2018 a 2023, foi perceptível algumas transformações e acesso a informações internas, da qual evidencia que.

Durante a década de 2000, a Biblioteca Pública Epiphânio Dórea passou por reformas estruturais essenciais para melhorar suas condições de funcionamento e preservação do acervo. Após anos de desgaste, o prédio recebeu investimentos para corrigir problemas recorrentes, como infiltrações, iluminação precária e falta de climatização adequada. As obras incluíram a instalação de novos aparelhos de ar-condicionado, proporcionando um ambiente mais confortável para os usuários e garantindo melhores condições de conservação dos livros.

Além disso, foram realizados reparos na estrutura física do prédio, com manutenção do telhado, revisão da parte elétrica e pintura das instalações, o que contribuiu para a revitalização do espaço. A Figura 8 ilustra a transformação do acervo de obras raras após as reformas, destacando a instalação de novos sistemas de climatização e iluminação que garantem a preservação e o fácil acesso aos itens mais delicados. Já a Figura 9, inserida no centro deste processo de renovação, apresenta a nova fachada da biblioteca, refletindo as mudanças estéticas e a modernização do espaço, que agora oferece uma aparência mais acolhedora e funcional para o público.

**Figura 9** – Nova fachada da biblioteca



**Fonte:** Acervo pessoal (2023).

Outro avanço importante foi a implementação de medidas para tornar a biblioteca mais acessível, incluindo a construção de rampas de acesso e a adaptação dos banheiros para pessoas com deficiência, possibilitando uma experiência mais inclusiva aos visitantes. Paralelamente às melhorias físicas, a biblioteca começou a modernizar seus serviços com a introdução de computadores para pesquisa e a digitalização gradual do acervo. Essas iniciativas representaram um marco na história da instituição, permitindo que ela se mantivesse relevante em meio às transformações tecnológicas e continuasse desempenhando seu papel fundamental na disseminação do conhecimento e preservação da cultura sergipana.

Nesse momento, a biblioteca passou por um processo de modernização e informatização para melhorar o acesso ao acervo e tornar os serviços mais eficientes. Antes disso, a busca por livros era feita manualmente em fichários físicos, o que tornava o processo lento e desorganizado. Com a implantação de um sistema digital de catalogação, os títulos passaram a ser registrados de forma informatizada, facilitando a pesquisa dos usuários e o controle de empréstimos e devoluções.

Além disso, a biblioteca passou a disponibilizar computadores com acesso à internet, permitindo que estudantes e pesquisadores realizassem pesquisas online. Isso ajudou a ampliar o acesso à informação, especialmente para quem não tinha computador em casa. Também começaram os primeiros projetos de digitalização de documentos, preservando jornais antigos e materiais históricos, embora o processo tenha sido lento devido à falta de equipamentos modernos.

Para acompanhar essas mudanças, os funcionários receberam treinamento para operar os novos sistemas e auxiliar os usuários no ambiente digital. Houve ainda iniciativas para criar um catálogo online, permitindo a consulta remota do acervo, mas sua implementação completa levou tempo por conta de desafios técnicos e financeiros.

Conforme descrição de funcionários da biblioteca, a digitalização parcial do acervo da Biblioteca Pública Epiphânio Dórea foi um passo importante na preservação de documentos históricos e na modernização do acesso às informações. O processo começou com a seleção de materiais mais frágeis e de grande valor histórico, como jornais antigos, revistas, documentos administrativos e algumas obras raras, que estavam deteriorando devido ao tempo e ao manuseio frequente.

Após essa triagem, os materiais passaram pelo processo de escaneamento, utilizando equipamentos especializados para garantir a preservação dos originais. As imagens digitais foram tratadas para melhorar a legibilidade, corrigindo falhas como manchas e desbotamentos. Em seguida, os arquivos foram indexados e catalogados para facilitar futuras consultas.

Apesar dos avanços, o projeto enfrentou dificuldades, principalmente pela falta de scanners de alta precisão, armazenamento adequado e investimento financeiro, o que limitou a digitalização a uma parte do acervo. Mesmo assim, a iniciativa ajudou a preservar documentos importantes e abriu caminho para a expansão do acesso digital.

O treinamento e capacitação dos funcionários da Biblioteca Pública Epiphânio Dórea foram essenciais para a adaptação às novas tecnologias e melhoria do atendimento. Com a informatização do acervo e a introdução de computadores, a equipe recebeu instruções sobre uso de softwares de catalogação, organização digital do acervo e suporte aos usuários.

No entanto, muitos funcionários tiveram dificuldade na adaptação, especialmente aqueles sem experiência em informática. Além disso, a falta de treinamentos contínuos e de recursos limitou o aprofundamento das capacitações. Apesar dos desafios, essas ações foram fundamentais para tornar os serviços mais eficientes e acessíveis ao público.

Essas mudanças fizeram com que a biblioteca fortalecesse seu papel como um espaço de promoção da cultura e da educação, ampliando suas atividades para além do empréstimo de livros. Durante esse período, foram desenvolvidos projetos como eventos literários e lançamentos de livros, onde escritores sergipanos passaram a utilizar a biblioteca como palco para divulgar suas obras e interagir com o público. Clubes de leitura, formando grupos para estimular a leitura e debater diferentes gêneros literários, promovendo o hábito da leitura entre os frequentadores. Oficinas e palestras educativas, cursos de idiomas e palestras sobre literatura, história e cultura regional. Além disso, a biblioteca também sediou exposições sobre a história de Sergipe, trazendo documentos históricos e imagens raras para o público.

**Quadro 5 – Cursos e Oficinas**

<b>Cursos</b>		<b>Público Alvo</b>
1.	Oficina de dança contemporânea.	A partir dos 12 anos de idade.
2.	Oficina de dança: danças populares como dispositivo para a criação.	A partir dos 12 anos de idade.
3.	Leitura e Contação de História	Jovens (a partir de 12 anos) e adultos.
4.	Oficina de Teatro (Jovens e Adultos).	Jovens (a partir de 13 anos) e adultos.
5.	Oficina de Teatro (Crianças)	Jovens a partir de 09 anos aos 12 anos.
6.	Desenho: introdução ao desenho da figuração humana.	Jovens (a partir de 12 anos) e adultos.
7.	Sorobã	Adultos, professores e portadores de deficiência visual.
8.	Inglês para iniciantes.	Jovens e Adultos
9	Inglês nível intermediário.	Jovens e Adultos (tendo cursado o inglês básico).
10	Informática para melhor idade.	Adultos na terceira idade.
11	Informática básica.	Jovens e adultos, tendo cursado ou está cursando ao ensino médio.
12	Tecnologias da informação e Comunicação para a educação.	Professores da rede pública ou particular.
13	Introdução ao mundo digital.	Jovens cursando ao ensino médio.
14	Oficina de fotografia com o uso de telefones celulares.	Jovens e adultos cursando a oficina de edição, cinema e vídeo.
15	Observatório da Conduta humana.	Jovens (a partir de 16 anos) e adultos.

Fonte: BPED (@epiphaniadoria), 2024.

Além disso, a biblioteca tem clubes de leitura, onde as pessoas se reúnem para falar sobre livros e trocar ideias. Para as crianças, há o projeto "Contação de Histórias", com histórias animadas e divertidas que ajudam a despertar o gosto pela leitura.

A biblioteca também realiza ações de inclusão digital, ensinando o uso de computadores e internet para quem precisa. Outro destaque são as exposições e mostras culturais, que valorizam artistas, escritores e personalidades de Sergipe, como exemplo das exposições de obras raras de acervos de personalidade sergipanas como apresentado por J. Santos (2023) em sua dissertação sobre esse acervo.

Para levar a leitura a mais pessoas, a Biblioteca Itinerante visita comunidades distantes com livros e atividades educativas. Além disso, há oficinas de escrita e audiovisual, onde os participantes aprendem a escrever histórias, poesias e até produzir vídeos.

**Figura 10** – Projeto Cinemateca

**Fonte:** BPED (@epiphaniadoria), 2024.

A ampliação dos serviços digitais e a promoção da cultura digital na Biblioteca Pública Epiphânio Dórea foram passos importantes na modernização da instituição e no acesso à informação. Com a crescente digitalização dos acervos e a informatização dos serviços, a biblioteca buscou oferecer novas ferramentas para facilitar a pesquisa e a interação dos usuários.

Entre as iniciativas, destacou-se a criação de um catálogo digital, permitindo a consulta remota dos livros disponíveis, reduzindo a necessidade de buscas manuais. Além disso, foram disponibilizados computadores com acesso à internet, auxiliando estudantes e pesquisadores que não possuíam esses recursos

em casa. A digitalização de documentos históricos também ampliou o acesso a conteúdos raros sem comprometer os originais (J. Santos, 2023).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a história da BPED mostrou como essa instituição é importante para a cultura e a educação em Sergipe e no Brasil. Durante muitos anos, essa biblioteca ajudou a guardar a história e a espalhar conhecimento, permitindo que pessoas de diferentes classes sociais tivessem acesso à informação.

O estudo documental foi essencial para resgatar e valorizar a memória dessa biblioteca. Esse tipo de pesquisa usa documentos antigos e recentes, como relatórios, registros e depoimentos, para entender melhor como as bibliotecas públicas evoluíram ao longo do tempo. Esses registros mostram como a BPED influenciou a comunidade, como se relacionou com políticas públicas de incentivo à leitura e quais desafios enfrentou.

As bibliotecas públicas são muito importantes para que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento. De acordo com a UNESCO, elas ajudam na educação e na formação das pessoas ao longo da vida. Além disso, são essenciais para incluir todos na sociedade, garantindo que qualquer pessoa, independentemente da condição financeira, possa acessar livros, documentos históricos, jornais e outras fontes de informação. No Brasil, onde o acesso à educação ainda é desigual, bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental para o crescimento intelectual e o pensamento crítico da população.

A BPED tem um papel de destaque nesse cenário. Desde sua fundação, ela tem sido um espaço importante para estudantes, pesquisadores, escritores e leitores em geral. Seu acervo é composto por livros, documentos históricos e outros materiais que refletem a cultura do Brasil, especialmente do Nordeste. Além disso, a biblioteca ajuda a preservar documentos importantes da história do país, permitindo que novas gerações possam estudá-los e aprender com eles.

Outro ponto relevante é que a biblioteca não é apenas um local para pegar livros emprestados. Ela também promove eventos culturais, palestras, exposições e outras atividades que incentivam a leitura e o pensamento crítico. Essas ações aproximam as pessoas do mundo da literatura e do conhecimento acadêmico, contribuindo para a educação e formação cultural da população.

Além disso, a biblioteca tem se modernizado para acompanhar as mudanças tecnológicas e sociais. Com o avanço da tecnologia, as bibliotecas precisam se atualizar para continuar atraindo leitores e cumprindo sua missão. A

BPED tem investido em serviços digitais, acervo online e espaços multimídia para atender melhor o público atual. Essa modernização é essencial para que as bibliotecas continuem sendo locais de aprendizado em um mundo cada vez mais digital.

Portanto, a trajetória da BPED mostra como as bibliotecas públicas são essenciais para preservar o conhecimento, oferecer acesso à informação e formar cidadãos mais preparados. Esse estudo reforça a necessidade de continuar investindo e expandindo essas instituições, garantindo que elas possam seguir cumprindo sua função social no Brasil.

Dessa forma, podemos concluir que a BPED é um patrimônio cultural, histórico e educacional de grande valor. Sua contribuição ao longo dos anos reforça a importância das bibliotecas públicas no país, garantindo que o conhecimento seja acessível a todos e que a memória cultural continue viva para as futuras gerações.

O objetivo da pesquisa bibliográfica e documental foi compreender a trajetória e a importância da BPED, analisando documentos históricos e teóricos que evidenciam seu papel na sociedade. A pesquisa bibliográfica permitiu fundamentar o estudo com base em autores e referências que discutem a relevância das bibliotecas públicas, enquanto a pesquisa documental trouxe informações diretas sobre a evolução da biblioteca e seu impacto. Juntas, essas metodologias foram essenciais para demonstrar a necessidade de preservar e fortalecer instituições como essa, que desempenham um papel crucial na disseminação do conhecimento e no desenvolvimento cultural e educacional da população.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Declaração de Direito das Bibliotecas**, 2013. Disponível em: [https://www.ala.org/advocacy/sites/ala.org.advocacy/files/content/ala%20declaration%208.5%20x%2011%20Brazilian%20portuguese\\_Layout%201.pdf/](https://www.ala.org/advocacy/sites/ala.org.advocacy/files/content/ala%20declaration%208.5%20x%2011%20Brazilian%20portuguese_Layout%201.pdf/). Acesso em: 15 maio 2021.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora UEL, 1997.

BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. *In*: MUELLER, S. P. M. **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007. cap. 1, p. 17-38.

BRASIL. **Biblioteca Nacional**. Histórico. 2024. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sobre-bn/historico> Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992**. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, [1992]. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/113527/decreto-519-92>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 520 de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, [1992].

BRASIL. Decreto nº 51.223 de 22 de agosto de 1961. Cria no Ministério da Educação e Cultura, o Serviço Nacional de Bibliotecas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, [1961].

BRASIL. Lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del093.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del093.htm/). Acesso em 28 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, Presidência da República, [1986]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7505.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7505.htm). Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987. Autoriza a instituição de fundações e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, [1987]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7624-5-novembro-1987-367604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, [2003]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm). Acesso em: 20 jun 2021.

BRETTAS, A. P. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**, v. 24, n. 2, p. 101-118, 2010.

COSTA, L. F. et al. Atuais desafios e perspectivas da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação (Ancib). **Ciência da Informação**, Brasília: v. 39, n. 1, p. 1-7, 2010.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, F. INL – 30 anos. **Revista do Livro**, n. 31, ano X. Rio de Janeiro INL, 1967.

DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. esp., p. 67-80, 2000.

DÓRIA, E. da F. A Biblioteca Provincial de Sergipe: Elementos para a sua história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. 11, n. 16, p. 75-89, 1942. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/12111/9186>. Acesso em: 9 jun. 2021.

FRANCO, C. A. P. **Compilação das Leis Provinciais de Sergipe – 1835 a 1880**. Vol 01: A –H. Aracaju: Typ de F. das Chagas Lima, 1879.

FREIRE, F. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Nacional no dia da inauguração**. 12 de novembro de 1810. il. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/arquivo/imagem/biblioteca-nacional-dia-sua-inauguracao-391/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GUARANÁ, A. **Dicionário biobibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo Pongetti, 1925.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA); Organização Das Nações Unidas Para A Educação, A Ciência E A Cultura (UNESCO). **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA/UNESCO 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.ifla.org/document/public-library-manifesto-2022/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2020. Disponível em: [https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf). Acesso em: 18 mar. 2025.

MACHADO, F. B.; SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública, entre a teoria e a prática. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Porto Alegre, v. 29, n.2, p.22-39, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000019602/b0deb834c09511fb93494c58759b8833>. Acesso em: 28 maio 2021.

MARTINS, W. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010. 60ed. São Paulo: Ática, 2002.

MILANESI, L. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> . Acesso em: 18 mar. 2025.

MIRANDA, A. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, jan./jun. 1978, p. 69-75.

MORAES, R. B. de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, 1979.

MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.

OLIVEIRA, L. A. R. de. **Bibliotecas**: uma breve revisão histórica. 2019. 52f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências da Informação, Natal, RN, 2019.

OLIVEIRA, Z. C. P. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. 221f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1437/000083832.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 mar. 2021.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

RELAÇÃO dos livros doados a Bibliotheca Provincial, que pela Secretaria da Presidencia va'o remetidos a mesma bibliotheca, com declaraça'o das obras, numero de volumes, e nomes das pessoas que as doara'o. **O Correio Sergipense**, São Cristóvão, ano 14, n. 49, p. 3-4, 12 jul. 1851.

ROSA, Fl. G. M. G.; ODDONE, N. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006

SANTOS, J. D. de O. **Manual de curadoria de coleções especiais e obras raras: um estudo de caso na Biblioteca Pública Estadual Epiphânio Dória**. 2023. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

SANTOS, J. M. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 50–61, 2011. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SANTOS, G. F A Biblioteca Epifânio Dória. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, n. 39, p. 129–155, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/18784>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 41-61, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308> Acesso em: 2 fev. 2021.

SERGIPE. Governo do Estado. **História da Biblioteca Pública Epiphânio Dória**. 2024. Disponível em: [www.bibliotecaepiphaniadoria.se.gov.br](http://www.bibliotecaepiphaniadoria.se.gov.br). Acesso em: 2 jan. 2025.

SOARES, F. S. M. et al. **A Biblioteca Pública da Bahia: dois séculos de história**. Salvador: Secretaria de Cultura, 2011.

SOUZA, C. M. de. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA, 3., 2005. Rio de Janeiro. **Anais[...]** Rio de Janeiro, 2005.

SUAIDEN, J. L. **Bibliotecas públicas no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: INL, 1980.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

TEIXEIRA, C. A. et al. **Letramento informacional: educação para informação**. Especialização em Letramento Informacional UFG. Goiania: Gráfica UFG, 2016.

THE INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS (IFLA). **Declaração sobre as Bibliotecas e Liberdade Intelectual**, 1999. Disponível em: [https://www.ifla.org/files/assets/faife/statements/iflastat\\_pt.pdf/](https://www.ifla.org/files/assets/faife/statements/iflastat_pt.pdf/). Acesso em 15 maio 2021.

THE INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS (IFLA).  
**Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**, 1994. Disponível em:  
<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.